

a escravidão não poderia ser perpetuada pelo crescimento natural dessa população. De fato, a escravidão estava morta a longo prazo — o estoque de escravos não podia ser reposto, e a mortalidade se encarregaria de dar-lhe cabo após certo tempo. Mas a abolição ocorreu muito antes do limite desse longo prazo. Como vimos anteriormente, a limitação demográfica só se faria sentir no fim da década de 90. É, portanto, no contexto desse hipotético intervalo de tempo, da Lei do Ventre Livre de 1871 até a data em que o minguante estoque de escravos seria absolutamente insuficiente para suprir as necessidades de trabalho das fazendas de café, que estamos interessados em construir um teste de viabilidade, ou em definir o que entendemos por uma instituição moribunda.

Nesta situação, um bom indicador de que a instituição está moribunda numa região ou numa atividade econômica qualquer (por exemplo, a produção de café na região cafeeira) surge quando o volume de interesses econômicos acumulados na instituição da escravidão — medido pela riqueza representada pelos escravos (seu número multiplicado pelo respectivo preço médio) possuídos pelos fazendeiros — está declinando continuamente.

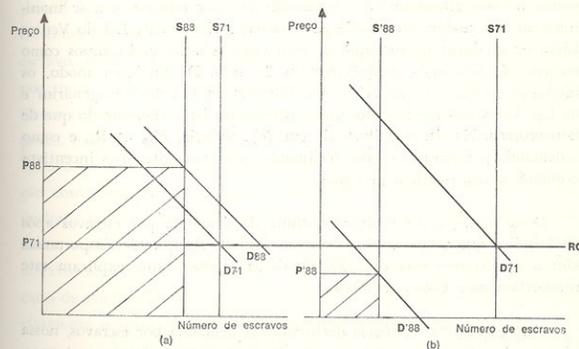
Todos os exemplos históricos de uma abolição pacífica promovida por meios parlamentares ocorreram quando os interesses econômicos na escravidão se encontravam reduzidos e em declínio. Muito embora no nosso entender o relacionamento entre o interesse econômico e as atitudes políticas seja bastante complexo e a direção de causalidade não muito clara, acreditamos que com alguns anos de preços de escravos em declínio contínuo, as perdas de capital seriam graduais e mais suportáveis por parte de seus proprietários. Assim, para caracterizar a escravidão como moribunda não é necessário que seja atingido o caso-limite de um valor nulo da riqueza representada por escravos, basta haver uma forte tendência nesta direção. No exemplo brasileiro, após alguns anos de queda contínua no valor dos escravos, as reações dos fazendeiros de café — o grupo mais influente no processo decisório da política deste período — à abolição de 1888 teriam de ser diferentes do que em outra situação, onde houvesse uma súbita abolição durante um prolongado período de aumento de preços e quantidades de escravos.

Em termos mais formais, podemos interpretar a instituição econômica da escravidão como uma indústria na qual empresas são proprietárias ou alugam bens de capital (escravos) e os utilizam como fatores de produção para produzir uma mercadoria (serviços de trabalho escravo).

É preciso, pois, fazer uma distinção entre o mercado de aluguéis, onde os serviços de trabalho escravo eram transacionados, e o mercado de compra e venda, onde escravos eram transacionados.

Examinando a estrutura do mercado de compra e venda de escravos, podemos considerar a curva de oferta de escravos como completamente inelástica a curto prazo. Os preços de escravos são portanto determinados pelos deslocamentos de curto prazo da curva de demanda. A característica principal para sugerir que a escravidão não era viável ou então que estava prestes a tornar-se economicamente inviável (ou moribunda), consiste num declínio contínuo da demanda pela unidade especializada

Figura 5  
Simulação dos efeitos sobre a determinação do preço de escravos provocados por deslocamentos da curva de demanda



de capital (escravos) usada na produção do produto (serviços de trabalho escravo) desta instituição.

Este argumento pode ser ilustrado para a totalidade da população escrava, com o emprego dos diagramas (a) e (b) da figura 5. Suponhamos que em 1871 o preço de um escravo adulto encontrava-se exatamente igual ao valor presente de seus custos capitalizados de criação (RC). Suponhamos agora que a demanda estava crescendo de  $D_{71}$  para  $D_{88}$  no